

Justiça: Pensando alto sobre violência, crime e castigo (capítulo V)

Luiz Eduardo Soares*

* LUIZ EDUARDO SOARES formou-se em Literatura, na PUC-RJ, e construiu sua carreira combinando produção literária e dramaturgicamente com docência, obras acadêmicas e gestão pública. Escreveu, com Domingos de Oliveira e Márcia Zanelato, a peça *Confronto* e a adaptação para o teatro de seu livro, *Tudo ou Nada*, que será encenada no começo de 2013, com direção de Marcus Faustini. É mestre em Antropologia, doutor em ciência política com pós-doutorado em filosofia política. Foi secretário nacional de segurança pública (2003) e coordenador de segurança, justiça e cidadania do Estado do RJ (1999/março 2000). Colaborou com o governo municipal de Porto Alegre, de março a dezembro de 2001, como consultor responsável

pela formulação de uma política municipal de segurança. De 2007 a 2009, foi secretário municipal de valorização da vida e prevenção da violência de Nova Iguaçu (RJ). Em 2000, foi pesquisador visitante do Vera Institute of Justice de Nova York e da Columbia University. Tem vinte livros publicados, entre eles o romance *Experimento de Avelar*, premiado pela Associação de Críticos Brasileiros em 1996, e *Meu Casaco de General*, finalista do Prêmio Jabuti em 2000. Foi professor da UNICAMP e do IUPERJ, além de visiting scholar em Harvard, University of Virginia, University of Pittsburgh e Columbia University. É professor da UERJ e coordena o curso a distância de gestão e políticas em segurança pública, na Universidade Estácio de Sá.

O texto que segue constitui o capítulo V do livro **Justiça: Pensando alto sobre violência, crime e castigo** (Nova Fronteira, 2011, Rio de Janeiro), de Luiz Eduardo Soares

V. NEM TUDO É O QUE PARECE: A IMPORTÂNCIA DA DÚVIDA

Para haver crime, tem de haver um fato que se possa caracterizar como criminoso. Sem fatos, não há crimes. Até aí, nenhum problema. Nos filmes e na linguagem policial, esses fatos são decompostos em partes e tratados como “evidências”. Quando os investigadores descobrem as famosas “evidências”, os culpados estão ferrados e a história se encaminha para um *happy end* – quer dizer, menos para os acusados.

Talvez você – como tantos roteiristas e até mesmo peritos e investigadores – suponha que seja fácil definir um fato e apontar acima de qualquer dúvida quando ele acontece. Se fosse mesmo assim, tudo seria mais simples. Primeiro, identificaríamos um fato: “eis aí o fato”. Passaríamos, então, à segunda etapa: verificar se o tal fato teria as qualidades atribuídas aos crimes ou a algum tipo de crime específico – quer dizer, se ele se encaixaria na classificação de “fato criminoso”.

Mas as coisas e os fatos são um pouco mais complexos e as evidências não são assim tão evidentes. Vejamos por quê.

Para começo de conversa, o que chamamos “fato” só pode ser conhecido e identificado como tal, examinado por policiais em um inquérito ou ainda por jurados no tribunal, se for comunicado. Isto é, se for objeto de uma exposição oral ou escrita. Não importa que a narrativa seja ou não acompanhada por imagens, falas de testemunhas, confissões ou depoimentos, fragmentos de materiais físicos ou biológicos – analisados por peritos, extraídos de corpos, colhidos na ocasião, recortados da cena e retirados do ambiente onde o fato supostamente aconteceu.

Aquilo que denominamos “fato” é sempre discurso, fala ou texto, narrativa, linguagem. O fato, portanto, é aquilo que dizemos dele. Já o fato como vivência subjetiva de cada um de nós, no momento em que transcorre, é apenas experiência – dolorosa, prazerosa ou indiferente. Experiência que escapa a uma reflexão integral e objetiva sobre os significados que encerra. Escapa porque ainda não houve tempo de formulá-la ou porque falta a distância necessária para que aquilo que se vivencia seja contemplado em seu conjunto, do início ao fim.

No momento em que o fato está sendo vivido, ele não tem forma nem sentido. Podemos apenas vislumbrar *flashes* e fragmentos – partes incompletas de uma totalidade que ainda não apreendemos. Para dotá-lo de sentido, para classificá-lo, dar-lhe nome e valor, analisá-lo, avaliá-lo ou julgá-lo, é preciso descrevê-lo.

Vamos pensar em um exemplo prático. Digamos que você peça a um amigo que ajude sua família a encontrar um apartamento para alugar em outra cidade. Seu amigo mora lá desde que passou no vestibular para o curso de física. Empolgado com sua área de estudos, ele visita alguns apartamentos, escolhe o mais interessante e lhe envia um e-mail com várias fórmulas matemáticas. São informações sobre os materiais usados na construção do prédio, o espaço do apartamento, as oscilações climáticas, a incidência potencial de efeitos deriva-